

$$a^2 + b^2 = c^2$$

$$-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}$$

FRAUDE E PLÁGIO NA UNIVERSIDADE

A URGÊNCIA DE UMA CULTURA DE
INTEGRIDADE NO ENSINO SUPERIOR

FILIPE ALMEIDA
ANA SEIXAS
PAULO GAMA
PAULO PEIXOTO
DENISE ESTEVES
COORDENAÇÃO

Algebra II

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

...es find a + bi
... answer using standard complex number fo
 $(17i + 8) - (-3$
 $17i + 8 + 3$
 $16i + 11$
 $11 + 16i$
 $(2 - 4i) / 5$

4

PRODUÇÃO DE MONOGRAFIAS E DE TESES: A TENTATIVA DO PLÁGIO

Michelle Bergadaà

Universidade de Genebra

Autora do Site "Responsable"

http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5_4

(Página deixada propositadamente em branco.)

4.1. Produção de monografias e de teses

O nosso campo de investigação diz respeito ao plágio realizado aquando da produção de trabalhos académicos, quer se trate de monografias de estudantes, de teses de doutoramento ou de artigos científicos. O que estes atos de desvio individuais revelam é a inaptidão dos nossos sistemas académicos para captar a amplitude do fenómeno, seja ao nível individual, organizacional ou societal. É por isso que todos os anos um grande número de diplomas ou teses complacentes são atribuídos com uma certa indiferença. Esta indiferença conduziu-nos a enunciar como premissa que um professor, um orientador de tese ou um júri que não garantam uma ética prática sólida, opondo-se formalmente aos comportamentos de plágio, trazem eles próprios prejuízo à nossa comunidade, às gerações de investigadores vindouros e ao saber. E, certos casos que alimentaram recentemente a imprensa francesa fizeram disso eco¹⁶, aqueles de entre nós que, de consciência plena, contribuem para atribuir diplomas de complacência podem ser considerados como defraudadores relativamente ao nosso sistema de validação do adquirido. Não existem “pequenos prevaricadores/infratores” (i.e. prevaricadores que, por negligência, atribuem títulos de doutoramento não merecidos) e “grandes prevaricadores” (que atribuem títulos de doutoramentos com base em teses plagiadas).

Neste capítulo, ocupar-nos-emos do plágio na realização de monografias e dissertações de mestrado ou teses de doutoramento e

¹⁶ Ver o caso reportado pelo *Monde Toulouse*.

não do plágio presente em certos artigos científicos. O caso dos autores de teses de doutoramento é diferente, no que diz respeito às suas razões, daquele que se refere às monografias de mestrado. No primeiro caso, todos os testemunhos que recebemos por parte dos plagiadores bem como dos seus professores, orientadores de tese e membros do júri dão a entender que o plágio nunca é senão o último recurso do doutorando confrontado com um reposicionamento da sua própria visão no que diz respeito ao seu lugar no nosso sistema e ao seu fracasso face às exigências que lhe são feitas. O sistema académico coloca fasquias elevadas a fim de poder filtrar os indivíduos que pretendem obter um título. Essas fasquias tornam-se intransponíveis para alguns doutorandos, o que se traduz na apropriação das realizações de outrem através do plágio. Pelo contrário, o modo operatório do redator que opta por um comportamento plagiador de uma monografia de mestrado ou de doutoramento é hoje semelhante e tratá-lo-emos, em seguida, integrando-o no domínio da tentação.

4.2. A tentação do plágio no mestrado

Mesmo antes de entrar no mestrado, o estudante que deve apresentar uma monografia de uma centena de páginas adquiriu hábitos de trabalho claramente distintos dos que eram praticados pelos estudantes do século xx. Em qualquer caso, o estudante de hoje tem sistematicamente falta de tempo para produzir esse objeto de forma paralelepipedica, incluindo, tanto quanto possível, imagens a cores, completado por uma bibliografia e apresentando uma bela encadernação, que deve entregar numa determinada data. O objetivo é sempre o de obter uma nota aceitável a fim de prosseguir da melhor forma o seu caminho; será porventura, raramente, o de adquirir alguns conhecimentos novos. O seu ato de produção vai desenrolar-se de acordo com um caminho bem rodado.

A primeira etapa será a de analisar os termos do tema e o estudante pede informações sobre o número de páginas, o tamanho dos caracteres e o número de referências bibliográficas exigidas. Dado que o professor só raramente define com clareza o seu projeto pedagógico, o aluno não se interroga por iniciativa própria sobre as virtudes de uma validação das suas aquisições mediante a realização de uma monografia relativamente a um exame clássico. Como poderia ele imaginar que o seu professor tenha escolhido deliberadamente a possibilidade de, graças a esse exercício, desenvolver qualidades cognitivas específicas?

O estudante pensará naturalmente que o seu trabalho será lido superficialmente e que o professor não se dará ao trabalho de descobrir nas entrelinhas as suas aptidões pessoais.

A segunda etapa do seu trabalho vai consistir em decompor o tema com que vai debater-se, encontrando as palavras-chave e os sinónimos para consultar (rapidamente) a *Wikipedia* e encontrar os textos relativos a essas palavras-chave. Raros são os professores que encontram tempo para consultar essa bíblia *wikipediana* a fim de verificar os conceitos relativos ao seu ensino. Encontrariam certamente grandes asneiras e poderiam debatê-las nas aulas. Mas também eles têm pouco tempo para esse trabalho suplementar. E ainda têm menos tempo para enriquecer as páginas dessa enciclopédia colaborativa com o seu saber e também não podem pedir esse contributo aos seus estudantes.

Quando o estudante já adquiriu uma visão espacial do tema, quando já conhece *grosso modo* as suas fronteiras, a caça ao tesouro representará uma etapa essencial do seu percurso: verificar se existe, algures, num outro país ou ali mesmo ao lado, monografias ou teses já produzidas por estudantes e disponibilizadas em livre acesso. São numerosas as universidades que colocam este tipo de documentos em linha e como tal, atendendo a que também a escolha de temas é limitada, a caça ao tesouro

está muito facilitada. Se é certo que os professores não exercem nenhum controlo, o estudante contentar-se-á muitas vezes em descarregar integralmente uma monografia, modificando o seu nome e os agradecimentos. Se o estudante não tem qualquer interesse pela matéria ministrada pelo professor e se considerar que há uma fraca probabilidade de ser apanhado em flagrante delito de fraude poderá ainda comprar um trabalho concluído num dos *sites* conhecidos de “partilha de trabalhos”, ou recorrer ao serviço de especialistas que oferecem os seus préstimos mediante pagamento, escrevendo a monografia completa sob encomenda. Em qualquer destes dois modelos económicos o estudante pensa estar a contribuir para um modelo colaborativo generoso. No primeiro caso, serão devidas *royalties* ao estudante que depositou uma monografia e a vende por intermédio desses numerosos *sites* que foram desabrochando na *Internet*. No segundo caso, permitirá a um jovem professor ou a um doutorando pouco endinheirados ganhar a vida no mercado negro. Nestes dois modelos económicos, ser-lhe-á garantido que os trabalhos não são plagiados, logo que não corre riscos.

No entanto, se o estudante se interessa pelos seus estudos evitará defraudar o sistema e construirá o seu trabalho com a ajuda da *Web*. Ele vai navegar livremente na rede copiando aqui e ali parágrafos que lhe servirão para preencher o seu índice temático. Isso servir-lhe-á, sem qualquer dúvida, de inspiração pois por que razão os temas tratados haveriam de ser diferentes de país para país se os professores ensinam a mesma matéria? Um percurso rápido pelas monografias disponíveis em linha permite ao estudante estruturar o seu índice. Em seguida, o estudante começará a construir o seu texto, articulando os diferentes fragmentos de texto retirados das consultas das diversas monografias consultadas. Pouco a pouco, o número de páginas colecionadas vai aumentando até ao ponto de atingir 10% a 20% a mais do número de páginas

pretendidas. Nesse momento, o jogo de Lego está concluído e grande parte da construção está feita.

Há já algum tempo que a forma conta muito mais que o conteúdo, a marca mais que o produto. Para o estudante, a conceção de um belo trabalho corresponde a um texto cujo *design* implica a existência de parágrafos com o mesmo tamanho. E esse tamanho é exatamente igual ao da página do ecrã, isto é 12 a 15 cm de altura. Por isso, o estudante vai cortar os parágrafos demasiado longos e aumentar os que lhe parecem demasiado breves de forma a obter um documento elegante. Em seguida, vai aplicar-se na uniformização do tamanho dos caracteres e na apresentação geral, escrevendo frases de transição entre os parágrafos, reescrevendo algumas passagens que não lhe convêm. Não se esquecerá da página de agradecimentos, da bibliografia e de entregar o seu trabalho, convencido de que terá feito uma boa síntese. Deste modo, os nossos estudantes já não aprendem verdadeiramente a elaborar os conhecimentos, a estruturar o seu pensamento, a destacar certos conceitos, mas antes a produzir esse objeto físico que se chama “monografia” ou “tese”.

O modo de produção que acabámos de descrever já não lhes permite realmente distinguir o importante do acessório no sentido de lhes atribuir um espaço diferente. Como dar a entender que a forma está ao serviço do conteúdo, que é um simples meio relacional entre o estudante e o professor? É certo que existem ainda estudantes que têm vontade de realizar por si próprios esta prova intelectual de redigir uma monografia. Se o professor tiver a sorte de ter bons assistentes, ou se tiver tempo para receber o estudante individualmente ao longo do trabalho, então o estudante deverá modificar tanto quanto possível o seu índice para responder às novas exigências que lhe forem colocadas. Se assim não for, o professor viverá sempre na angústia de ser enganado pelos seus estudantes e terá que ler os trabalhos dos estudantes como se fosse um alfandegário. É fastidioso e entristecedor.

4.3. A tentação do plágio no doutoramento

Quando os estudantes de doutoramento têm que começar a redação do seu manuscrito, as falhas do sistema de formação que atrás descrevemos vão com certeza refletir-se de modo flagrante. Porque num doutoramento, é realmente exigido aos doutorandos mostrar que estão em condições de fazer progredir o conhecimento. Ora, se os seus estudos anteriores não os prepararam para essa prova de escrita de um manuscrito “autêntico”, como estariam à altura de realizar uma tese de doutoramento?

Mas a organização está claramente menos à vontade para tratar destes casos cada vez mais frequentes. Se é fácil excluir um estudante de mestrado apanhado em flagrante delito de plágio, a possibilidade de o mesmo acontecer no caso de doutoramentos é bastante mais delicada. Com efeito, um doutoramento implica presidências de júri, júris com vários membros eminentes, investimentos importantes, tanto do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista do tempo despendido por parte dos diversos intervenientes. O que acontece com muita frequência é que cada um tenta mandar a bola para os outros. Num estudo específico levado a cabo junto da comunidade de académicos, os inquiridos traçam um quadro bastante negro da situação, indo ao ponto de exprimir o seu receio de se estar a pôr em causa o futuro da ciência: “Não acho que se trate de uma particularidade individual, mas quem se cala consente e toda a comunidade científica deve sentir-se atingida por este flagelo”. Mesmo assim, eles próprios têm dificuldade em pôr-se pessoalmente em causa. A maioria dos inquiridos está consciente do problema de atribuição de títulos de doutoramento com base em teses complacentes, mas descartam a responsabilidade própria, fazendo-a recair exclusivamente sobre o orientador da tese. Um dos inquiridos exprime-se do seguinte modo: “O júri é certamente responsável pela validação da originalidade da investigação submetida para a obtenção do título de doutor, mas ele

não está vocacionado para verificar a aquisição dos valores éticos. Esse é o trabalho dos orientadores de doutoramento ou mestrado e da sua universidade”. No entanto, quando aceitamos ser membros de um júri de doutoramento ou presidente, nunca é por solicitude para com o doutorando, mas sim por amizade — real ou política — para com o orientador de tese. Logo, conhecemos esses colegas e sabemos muito bem o que podemos ou não esperar, porque, na nossa profissão, tudo acaba sempre por se saber. O orientador laxista, ou aquele que orienta dezanove teses com fraco acompanhamento, são perfeitamente conhecidos na comunidade. Mas que dizer do amigo que nos convida para uma defesa? O presidente do júri de tese, tal como os seus membros, não tem pura e simplesmente meios para verificar as qualidades éticas de um candidato: “Os júris de tese são muitas vezes momentos de descontração em que vamos encontrar colegas, almoçar com eles, arejar o fato e as insígnias bordadas, dar um ar de solenidade... Não é nem o momento, nem o lugar para causar problemas aos colegas”.

Porque aquilo que é pedido ao júri é avaliar um documento e não o futuro do seu autor: “Não é ao júri que compete julgar se um doutorando aprendeu a ética da profissão; não é mais do que um júri de exame ou de uma etapa da escolaridade e como tal não deveria preocupar-se com essa questão (a não ser que os membros do júri desconfiem de que houve plágio na própria tese)”. Ou ainda: “Tanto quanto me é dado saber, nenhum presidente de júri de tese (eu próprio incluído) efetua esse género de verificação externa à avaliação da tese. O júri avalia um documento, não avalia a trajetória futura do seu autor”. Então, que fazer quando se dá conta um pouco tardiamente de que se está perante uma tese complacente? Na universidade de Toulouse, aconteceu que um membro do júri de uma tese que ia ser defendida e para a qual já tinham sido marcadas as provas públicas, identificou um plágio flagrante. Pediu-se então à pessoa plagiada que apresentasse queixa e desse modo foi possível

recusar a tese *in extremis*¹⁷. Falámos longamente com o autor da tese anulada. Para ele, nunca se apercebeu de que estava a cometer plágio porque o seu orientador de tese lhe tinha dito substancialmente que, se, como era seu desejo, queria fazer carreira em empresa, devia rapidamente concluir a tese. Garantiu-nos nunca ter tido qualquer formação sobre plágio. O seu conselheiro de imagem (*sic*) escreveu-nos o seguinte: “Ele é muito ativo e o seu tempo disponível é muito limitado. Sinceramente, acho que ele deve ter pedido a um assistente para efetuar certas pesquisas por ele e para lhe preparar a montante, sob as suas orientações, certos trabalhos... estou horrorizado de constatar que o respeito da propriedade intelectual não é ensinado ou praticamente não é tratado no ensino superior”.

Assim, face a um caso flagrante de uma tese complacente¹⁸, é muitas vezes o medo — ou o fatalismo — que impede os nossos respeitáveis pares de reagir a este problema. O seguinte trecho ilustra isso mesmo: “Um dia, o Presidente da minha universidade (atualmente já aposentado) contou-me ter ido a um júri de tese de um estudante que tinha plagiado um capítulo inteiro de um trabalho (em biologia). Perguntei-lhe o que ele fez. A sua resposta: “nada, era demasiado tarde... teria sido um golpe muito duro para o orientador da tese que é meu amigo....”

Quando, há alguns meses, eu me mostrei chocada com a atitude complacente de um júri relativamente a uma tese que não apresentava garantias de domínio da literatura sobre o assunto, foi-me ripostado de forma irónica: “Mas toda a gente sabe que existem teses de

¹⁷ Ver o nosso caso “Mesmo a tempo”, maio 2012: <http://responsable.unige.ch/index.php?main=b-29-21>

¹⁸ Tese complacente: Atribuição de um título oficial de doutor por uma tese que não o merece, porque o manuscrito não corresponde a um conhecimento suficiente do domínio em causa, e/ou porque demonstra ausência de originalidade do pensamento, e/ou porque evidencia plágio textual e/ou de modelos apresentados, e/ou análises fraudulentas.

complacência há já muito tempo nesta faculdade!” E nem sequer se tratava de uma pequena universidade desconhecida.

Estamos, pois, de regresso à premissa do problema: estes colegas consideram o seu papel na perspectiva de uma lógica de causalidade da ordem do acontecimento. O acontecimento é, obviamente, o da atribuição de um título de doutor mediante a entrega de uma tese manuscrita. O acontecimento inscreve-se numa linha temporal que vai do passado até ao presente. Desde logo, os membros do júri, incluindo o presidente, não têm o mandato de examinar o futuro do candidato. No entanto, são portadores dessa responsabilidade. Com efeito, o título de doutor consagra o direito de uma pessoa aceder a um certo poder no quadro da investigação e do ensino. E nós não podemos, ao mesmo tempo, pretender ser exemplo de moralidade nos nossos trabalhos e nos nossos laboratórios e agir com indiferença relativamente às teses de complacência validadas pelos nossos colegas.

No caso em que uma tese comporta provas tangíveis de plágio, tudo poderia parecer simples porque há aí uma prova factual. E no entanto nada é certo, como acabámos de ver, tanto por razões sociais como organizacionais ou individuais. Tentemos então imaginar o que se passa quando uma tese de complacência é simplesmente nula em termos de originalidade ou muito pouco trabalhada. Ou ainda uma situação em que o plágio da literatura ou dos modelos é acompanhado de fraude científica ao nível dos dados do terreno ou dos resultados experimentais. Correndo o risco de parecer cínica, podemos assegurar a todos os orientadores de tese relativamente aos quais se descobre *a posteriori* que um dos seus antigos doutorandos plagiou um artigo científico que este terá certamente adquirido maus hábitos ao longo do processo de redação da tese. Ou melhor ainda, que os quatro ou cinco anos dedicados à aprendizagem de uma profissão não foram suficientes para corrigir os problemas de ética adquiridos anteriormente. Quanto àqueles que plagiaram de forma clara nas suas dissertações, há grandes probabilidades de

terem também falsificado os dados ou as provas científicas. De facto, estes dois comportamentos ancoram numa mesma base de ausência de valores e de desconhecimento das nossas normas académicas.

Dentro de alguns anos, teremos que conviver com investigadores que vão conservar os seus comportamentos de plagiadores contraídos ao longo da sua vida de estudantes. E essas pessoas acabam sempre por repetir os comportamentos adquiridos. Existe uma forma de vício nos comportamentos de plágio que leva os seus autores a plagiar ou a autoplagiar-se por simples desconfiança relativamente ao sistema que nunca os integrou totalmente. Perante os imperativos de publicação é demasiado tarde e as derivas que observamos no dia a dia prejudicam tanto a publicação científica (recusa de artigos, processos...) quanto a reputação dos nossos estabelecimentos quando os casos de desvio atraem a atenção dos *media*.

4.4. A tentação de reagir

Não é nosso propósito incentivar a sanção ou a exclusão. É demasiado tarde para procurar apenas aplicar regulamentos e leis, por melhor redigidos que eles estejam. A variante entre países e estabelecimentos é considerável, e como tal este tipo de regulamentos está disponível em diversos *sites* institucionais. O que aqui pretendemos é propor algumas pistas que permitiriam aos estudantes tomar consciência dos seus comportamentos de plágio.

Quando chegam à universidade, os estudantes de hoje já estão formatados para copiar e colar textos. É, pois, essencial repor rapidamente o papel da biblioteca como lugar central das nossas instituições. Se a biblioteca do estabelecimento de ensino não disponibilizar as fontes documentais das revistas em linha, haverá poucas probabilidades de os estudantes se darem ao trabalho de ler os originais dos artigos que citam. Se, pelo contrário, o estabelecimento de ensino

tiver uma dimensão suficiente para ter recursos que lhe permitam beneficiar de um bom serviço de biblioteca, é provável que tenham sido previstas sessões de formação obrigatórias para iniciar os estudantes na investigação documental, na consulta das revistas em linha, na arte da citação. Assim, na universidade de Genebra, os estudantes devem seguir um ensino obrigatório, validado por um teste, para compreender como utilizar os recursos em linha. É lamentável que o mundo das bibliotecas e o do ensino funcionem tantas vezes de modo independente. Ao participar no desenvolvimento das bibliotecas, os professores podem ajudar a organização a adaptar as suas formas de trabalhar às exigências do século *WEB*.

Naturalmente, a título institucional, é essencial enunciar claramente as diferenças entre plágio, batota e fraude. Importa lembrar os nossos valores de criação e de difusão de conhecimentos a fim de afirmar a igualdade de oportunidades e o mérito individual. É ainda imperioso que a instituição reforce a crença na norma de avaliação dos conhecimentos adquiridos, insistindo no tratamento de equidade. Mas trata-se também de demonstrar que cada um está em condições de confrontar qualquer plagiador com o que está regulamentado a fim de que a falta seja punida de forma justa e exemplar. Mas isso significa que cada um saiba gerir os comportamentos plagiadores (os seus, os dos que lhe são próximos, os das instâncias externas) a nível individual e institucional. A clarificação dos procedimentos de instrução dos casos de plágio, o conhecimento das composições de integridade sólidas e rápidas de exame dos casos de fraude tornam-nos atentos ao facto de o plágio poder constituir um problema.

A outra pista parece-nos incontornável, pelo menos na Europa onde a lei o autoriza. Trata-se de anunciar claramente aos estudantes que o estabelecimento que frequentam colocou à disposição dos seus professores um *software* de deteção das similitudes com textos disponíveis na *web* ou descarregados pela empresa que efetua o controle. Poder-se-á, com certeza, contestar os limites dos *softwares*

de detecção, mas o seu efeito dissuasor é incontestável. Aquando da entrega do trabalho, o estudante preferirá entregar o seu trabalho em papel ou em PDF, pois sabe que um documento entregue em formato eletrónico pode ser mais facilmente controlável. Ora, é praticamente impossível um documento final estar completamente isento de plágio, atendendo ao modo de realização do trabalho.

Uma pista essencial de reação ao plágio situa-se no seio do próprio ato pedagógico. O professor pode, no próprio âmbito do seu ensino, prever a possibilidade de ensinar aos seus estudantes a criar textos com a ajuda de um dos múltiplos mapas heurísticos realizáveis graças aos *softwares* gratuitos, disponíveis na rede (ex. “Mind-manager”). Não é mais do que conceber as monografias de acordo com o procedimento heurístico que os próprios estudantes utilizam desde a escolaridade básica sem o saberem. Isso implica, é claro, que o professor tenha dedicado uma sessão das suas aulas a fazer descobrir aos estudantes o modo de elaborar um conhecimento com base na interligação de conceitos. O professor vai descobrir com alguma surpresa que os estudantes, na universidade, não dominam realmente as quatro etapas da escrita, a saber: classificar (precisar a ordem e estabelecer paralelo), opor (para contradizer ou retificar uma ideia), ligar (mediante a identificação de causas ou consequências), desenvolver (introduzir, acrescentar, atenuar, concluir). Lembremo-nos de que o estudante tem direito a um *feed-back* relativamente ao seu trabalho. É isso que o faz compreender que o exercício pedagógico não consiste em dar-lhe uma nota que sancione o seu sucesso ou o seu fracasso, mas antes formá-lo do ponto de vista cognitivo.

Uma pista que continua ainda amplamente por explorar diz respeito à possibilidade de levar a cabo seminários de aprendizagem de uma ética pragmática sobre as competências informacionais a adquirir (fiabilidade e validade das fontes em situação de obesidade informática) antes de avançar para a escrita de uma monografia. Estas competências numa ética pragmática, relativas ao saber-fazer

e ao saber-ser do investigador, adquirem-se durante os anos de formação doutoral. No entanto, seria, com certeza, utópico querer formar para essas competências de ética pragmática todos os doutorandos: atendendo ao elevado número dos mesmos, arriscar-nos-íamos a dar-lhes apenas uma fina camada de verniz do conhecimento. Além disso, constatámos que os estudantes que se inscreviam nos nossos cursos no quadro da Conferência Universitária da Suíça Ocidental (CUSO) o faziam por iniciativa própria e não incitados pelos seus orientadores de tese. Pelo contrário, seria realista formar alguns doutorandos com vista a assegurar a passagem do testemunho em primeiro lugar junto da comunidade dos doutorandos e em seguida enquanto professores-investigadores na sua futura carreira. Essas “pessoas-testemunho” estariam aptas, no final do nosso “programa”, a analisar os casos de presumíveis faltas de integridade em todas as suas dimensões e de modo desapaixonado. Para sermos mais concretos, estas “pessoas-testemunho” de integridade científica saberiam distinguir os problemas de moral, deontologia e ética, tanto do ponto de vista individual como coletivo. Saberiam ainda partilhar as suas análises, agindo não como observadores ou caçadores de fraude, mas antes como pessoas vigilantes da integridade académica.

4.5. Conclusão

Numerosos dirigentes de estabelecimentos universitários não estão alinhados com a mudança que tem vindo a acontecer e ficam confinados ao seu universo cultural. Quando começámos a efetuar as nossas pesquisas-intervenção sobre o tema do plágio, encontrámo-nos com numerosos dirigentes de estabelecimentos ou diretores de revistas e de associações que aceitavam mal que alguns professores denunciassem as monografias ou as teses que apresentavam evidências de plágio. Alguns dirigentes de estabelecimentos, pelo contrário, têm

no entanto muita coragem: tratam com firmeza os casos que lhes são submetidos, pondo prontamente em campo comissões de sábios e fazendo cumprir as sanções pronunciadas. Sob a sua liderança, os procedimentos tornam-se transparentes e os queixosos, bem como os faltosos, têm acesso a todos os dados, e podem dizer o que pensam da organização e da análise. Em todas as comissões desta natureza em que fomos intervenientes, tivemos que assinar um protocolo de acordo de não-difusão das informações sensíveis.

Deste modo, a luta contra o plágio intensifica-se. Mas o nosso cartesianismo conduziu-nos durante muito tempo a isolar as fraudes dos nossos estudantes das fraudes dos investigadores, a separar o prevaricador do seu orientador e este dos seus colegas... quando, na realidade, todos estão implicados. Até ao doutoramento, um estudante pode ser considerado como estando isolado face ao seu ato. O culpado ideal, de certo modo, visto que não mancha mais ninguém a não ser ele próprio. O mesmo não acontece no doutoramento. As “teses de complacência” são uma realidade com a qual se confrontam tanto os indivíduos como os laboratórios, os estabelecimentos de ensino superior, e tanto os orientadores de tese quanto os membros do júri. Na verdade, o comportamento plagiador diz respeito a muitas pessoas que veem, não veem ou não querem ver os factos. Atualmente é preciso admitir que os procedimentos postos em marcha no século passado estão totalmente ultrapassados, porque os termos da comunicação, do poder e da ciência se modificaram. Os procedimentos são obsoletos e paralisantes; os nossos valores, esses permanecem idênticos. Temos que ser firmes nos nossos princípios morais pessoais e nunca sacrificar a nossa responsabilidade no altar dos princípios circunstanciais. Reapropriar-se de um sistema académico que traiu um grande número de pessoas entre nós, reinventar as suas normas e as suas regras em conformidade com a revolução do conhecimento que se produziu desde o aparecimento da *WEB* exige-nos alguma coragem.